



**MINISTÉRIO DO TRABALHO
CONSELHO NACIONAL DE IMIGRAÇÃO
- CNIg -**

- ATA -

**V REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO
NACIONAL DE IMIGRAÇÃO**

Dia: 20 de junho de 2017

Brasília/DF

MINISTÉRIO DO TRABALHO
CONSELHO NACIONAL DE IMIGRAÇÃO
- CNIg -

Dia: 20/06/2017

Hora: 09:00 às 18:00

Local: Sala de Reuniões Sala 902 – 9º andar – Edifício Sede – Ministério do Trabalho – Esplanada dos Ministérios – Bloco F – Brasília – Distrito Federal.

ATA DA V REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO NACIONAL DE IMIGRAÇÃO

1 Aos vinte dias do mês de junho de dois mil e dezessete, às nove horas, na Sala de Reuniões
2 902, do Edifício Sede do Ministério do Trabalho, Esplanada dos Ministérios, Brasília,
3 Distrito Federal, sob a presidência do **Sr. Hugo Medeiros Gallo da Silva**, teve início a
4 Quinta Reunião Ordinária do Conselho Nacional de Imigração – CNIg. Expedida a
5 convocatória a todos os membros, Titulares e Suplentes, estavam presentes os representantes
6 do Poder Público e da Sociedade Civil: Sr. Rinaldo Gonçalves de Almeida, representante do
7 Ministério do Trabalho (**MTb**); Sr. André Zaca Furquim, representante do Ministério da
8 Justiça e Segurança Pública (**MJSP**); Sr. Paulo Gustavo Iansen de Sant’ana, representante do
9 Ministério das Relações Exteriores (**MRE**); Sr. Osório Vilela Filho, representante do
10 Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (**MAPA**); Sra. Edna de Souza Cesetti e
11 o Sr. Alcebíades Gomes Pereira Júnior, representante do Ministério da Indústria, Comércio
12 Exterior e Serviços (**MDIC**); Sra. Maria Auriana Pinto Diniz, representante do Ministério da
13 Educação (**MEC**); Sra. Isabel Christina Kelli, representante do Ministério do Turismo
14 (**MTur**); Sr. Odilon dos Santos Braga, representante da Central dos Trabalhadores e
15 Trabalhadoras do Brasil (**CTB**); Sra. Marjolaine Bernadette Julliard Tavares do Canto,
16 representante da Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (**CNC**);
17 Sr. Thiago Luiz Ticchetti, representante da Confederação Nacional do Transporte (**CNT**);
18 Sra. Kelly Dantas da Silva, representante da Confederação Nacional das Instituições
19 Financeiras (**CNF**). Dos Observadores: Sr. Thiago Lindopho Chaves, representante da
20 Advocacia Geral da União (**AGU**); Sr. Raimundo Jorge Santos Seixas, representante da
21 Agência Brasileira de Inteligência (**ABIN**); Sr. Paulo Sérgio de Almeida, representante do

22 Alto Comissariado das Nações Unidas (ACNUR); Sr. Gustavo Zortea da Silva, representante
23 da Defensoria Pública da União (DPU); Sra. Ir. Rosita Milesi, representante do Instituto
24 Migrações e Direitos Humanos (IMDH); Sra. Cláudia Giovannetti Pereira dos Anjos,
25 representante do Ministério dos Direitos Humanos (MDH); Sr. Alexandre Rabelo Patury,
26 representante da Polícia Federal (PF); Sr. Eduardo Basso, representante da Secretaria de
27 Previdência (SP/MF); Dos Servidores da Coordenação de Apoio ao Conselho Nacional de
28 Imigração: Sr. Luiz Alberto Matos dos Santos; Sra. Alessandra Teixeira de Araujo; Sra. Ana
29 Paula Santos da Silva. E dos convidados: Sr. Tadeu Oliveira, Sra. Marília F. R. de Macedo e
30 a Sra. Dina de Araujo, representantes do Observatório das Migrações Internacionais
31 (OBMigra); Sra. Rachael Anneliese Radhay e Sr. Leonardo Cavalcanti, representantes da
32 Universidade de Brasília (UnB); Sra. Priscila V. Strassburger, representante da Assessoria
33 Multidisciplinar da Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão (PFDC); Sr. Marcelo
34 Torelly, representante da Organização Internacional para as Migrações (OIM); Rosilene
35 Gleice Duarte Santiago, representante da Superintendência da Polícia Federal em Roraima
36 (SPF/RR); Sra. Pétalla Brandão Timo, representante da CONECTAS.ORG; e a Sra. Andrea
37 da Rocha Carvalho Gondin, representante da Procuradoria do Ministério Público do Trabalho
38 (MPT). Ausências justificadas: Bruno Pereira Rezende, representante do Ministério da Saúde
39 (MS); Sr. Elias Ferreira, representante da Força Sindical (FS); Sr. Valdir Vicente de Barros,
40 representante da União Geral dos Trabalhadores (UGT); Sr. Aelson Guaita, representante da
41 Central dos Sindicatos Brasileiros (CSB); Sra. Bela Feldman Bianco, representante da
42 Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC); Sr. Duval Magalhães Fernandes,
43 representante da Comissão Nacional para a População e Desenvolvimento (CNPD).

44 **ABERTURA:** O Sr. **Presidente Hugo Medeiros Gallo da Silva**, deu início a Quinta
45 Reunião Ordinária do Conselho Nacional de Imigração, agradecendo a presença de todos. Na
46 sequência, destacou que a presente data era alusiva ao **Dia Internacional do Refugiado** e
47 concedeu a palavra ao Sr. Paulo Sérgio de Almeida, membro do Alto Comissariado das
48 Nações Unidas para Refugiados. Com a palavra, o Sr. **Paulo Sérgio de Almeida (ACNUR)**
49 destacou a importância da data, que é comemorada em todo o mundo e discorreu falando do
50 lançamento do relatório anual: **Global Trends**; que traz dados muito preocupantes devido ao
51 grande aumento do número de refugiados no mundo. Disse que são mais de 65 milhões de
52 pessoas que necessitam de proteção e demonstrou grande preocupação, pois, 51% dos
53 refugiados no mundo são crianças e adolescentes, e mais de 70% encontram-se em países em
54 desenvolvimento. Destacou a necessidade de um suporte por parte da comunidade

55 internacional e citou a construção de um pacto global sobre refúgio, que deverá ser lançado
56 em 2018. Enfatizou que os países precisam ter uma maior responsabilidade com os
57 refugiados e citou algumas soluções para o problema, tais como: a repatriação; a integração
58 local; e o reassentamento; e compartilhou que o Brasil ainda tem um pequeno número de
59 refugiados comparado a outros países, mas que esse número vem crescendo
60 significativamente com maior destaque para os venezuelanos, principalmente devido à
61 situação econômica e humanitária da Venezuela. De posse da palavra, a **Sra. Rosita Milesi**
62 **(IMDH)** participou que o Brasil também celebrou o Dia do Refugiado, e destacou três pontos
63 que julgou importante para o debate: i) o trabalho desenvolvido pelo CNIg, referente ao tema
64 dos refugiados; ii) o mundo precisa trabalhar para acolher, proteger, promover e integrar os
65 refugiados; e iii) a elaboração de Pacto Global para uma maior contribuição humanitária.
66 Dando sequência, o **Sr. Presidente Hugo Medeiros Gallo da Silva** agradeceu as
67 contribuições e instou à aprovação da Agenda Provisória da V Reunião Ordinária do CNIg de
68 2017: 1) Abertura; 2) Aprovação da Agenda Provisória; 3) Aprovação da ata da III Reunião
69 Ordinária do CNIg; 4) Relato do Grupo de Trabalho que trata da Regulamentação da Lei nº
70 13.445 de 24 de maio de 2017; 5) Assuntos diversos: a) Apresentação das Políticas de
71 Economia Solidária – resposta ao encaminhamento das propostas 12 e 13 do Eixo I do Fórum
72 de Participação Social; b) Ponderações e pronunciamento da Doutora Rosilene Gleice Duarte
73 Santiago, Superintendente da Polícia Federal em Roraima; c) Apresentação do OBMigra
74 relativa aos venezuelanos; d) Exposição da Ordem de Serviço da Coordenação Geral de
75 Imigração, referente as Resoluções 62 e 118; e 6) Processos a serem relatados. Havendo o
76 consenso de todos, deu-se por APROVADA a Agenda Provisória da V Reunião Ordinária do
77 CNIg de 2017. Após a APROVAÇÃO da Ata da III Reunião Ordinária de 2017, passou-se,
78 então, ao relato do Grupo de Trabalho que regulamenta a nova Lei de Migração no país. O
79 **Sr. Presidente Hugo Medeiros Gallo da Silva** enfatizou a intenção de finalizar uma Minuta
80 de proposta da nova Lei até o final de junho e destacou o compromisso e o empenho de todos
81 nas reuniões semanais, as quais ocorrem nas dependências do Ministério do Trabalho, assim
82 como, também enfatizou a importância dos debates que estão acontecendo no âmbito do
83 Ministério da Justiça. Logo após, disponibilizou a palavra para que os demais Conselheiros se
84 manifestassem a respeito do tema. De posse da palavra, o **Sr. Rinaldo Gonçalves de**
85 **Almeida (MTb)** saudou a todos e externou sua preocupação relativa à Resolução do CNIg
86 que trata da Assistência Técnica no país, devido a existência de estrangeiros que detém esse
87 Visto, porém, não se encontram realizando atividades inerentes a Assistência Técnica e

88 também, devido ao grande volume de concessões de Vistos dessa categoria. Sugeriu um
89 levantamento da quantidade de pedidos, concessões e indeferimentos desse tipo de Visto,
90 além de uma análise de conteúdo por parte da Coordenação Geral de Imigração. Em resposta,
91 o **Sr. Paulo Gustavo Iansen de Sant'Ana (MRE)** informou que é realizada uma análise
92 documental, porém, os funcionários da rede consular não são habilitados para avaliar com
93 precisão se o serviço a ser prestado será de assistência técnica, ficando eles responsável pela
94 verificação da documentação prevista na RN afeta ao assunto, disse ainda que, quanto ao
95 prazo, a orientação do Ministério é que seja concedido o prazo máximo previsto na
96 Legislação brasileira e concluiu dizendo que é necessário uma definição das atividades que
97 englobam a Assistência Técnica. Dando sequência, o **Sr. Presidente Hugo Medeiros Gallo**
98 **da Silva** participou que a Coordenação-Geral de Imigração recebeu convites das Câmaras de
99 Comércio, a fim de discutir a regulamentação da Lei 13.445/2017, e destacou a importância
100 de ouvir quem atua diretamente no cenário econômico, ocasião em que colocou o CNIg à
101 disposição das Câmaras, na promoção dos debates. De posse da palavra, a **Sra. Kelly Dantas**
102 **da Silva (CNF)**, informou aos presentes que a Confederação Nacional das Instituições
103 Financeiras (CNF), irá promover conjuntamente com o CNIg um encontro para tratar da
104 regulamentação da Lei 13.445/2017. Falando em nome das Confederações, o **Sr. Odilon dos**
105 **Santos Braga (CTB)** pontuou que todas estão se sentindo plenamente contempladas com as
106 medidas adotadas pelo Ministério do Trabalho, especialmente, na condução das Resoluções.
107 A **Sra. Edna de Souza Cesetti (MDIC)** enfatizou a importância de se ter uma
108 regulamentação que tenha a capacidade de enfrentar os desafios que se tem no país, de forma
109 que não se prejudique o ambiente de negócios e, defendeu uma regulamentação onde o
110 Estado não perca a governança e mantenha a capacidade de gerir o tema sem prejuízos na
111 eficiência da norma. Com a palavra, a **Sra. Marjolaine Bernadette Julliard Tavares do**
112 **Canto (CNC)** salientou que a nova Lei é muito aberta; destacou a importância do Conselho
113 Nacional de Imigração na mediação dos debates de regulamentação da mesma e indagou
114 sobre a participação nos Grupos de Trabalhos do Ministério da Justiça e do Trabalho, na
115 defesa dos interesses da sociedade. Dando sua contribuição, o **Sr. André Zaca Furquim**
116 **(MJSP)** informou que o GT do Ministério da Justiça ainda não está regulamentado, pois
117 carece de publicação, tendo em vista que se trata de um trabalho minucioso com o propósito
118 de evitar colisão dos trabalhos entre as partes, gerando um problema no futuro; e discorreu
119 pontuando sobre a atribuição de cada ator: i) Itamaraty - responsável pela redação das sessões
120 e capítulos relativos a emissão de vistos; ii) Ministério do Trabalho – responsável por

121 elaborar uma redação referente aos Vistos e autorizações de residência que tenham por base,
122 a autorização de trabalho; iii) Polícia Federal – será responsável em elaborar a redação o texto
123 para regularizar o controle migratório; iv) Departamento de Imigrações do Ministério da
124 Justiça – será o responsável pelas residências, contando o apoio do GT do CNIg quando o
125 fundamento estiver relacionado as questões de trabalho. Explanou que, só após essa fase, as
126 Minutas serão apresentadas à Casa Civil para a definição da redação dos textos. Continuando
127 com suas contribuições, destacou a importância e expertise do CNIg no trato das questões
128 migratórias e comungou que, no Ministério da Justiça, há uma tendência de que o Conselho
129 Nacional de Imigração continue editando Resoluções de questões migratórias pertinentes a
130 pasta do Ministério do Trabalho, e salientou que lacunas na Legislação e a inércia dos
131 Ministérios responsáveis pela questão migratória fizeram do CNIg um Conselho protagonista
132 no manejo das imigrações com diversas Resoluções. Finalizando, externou que a Casa Civil
133 deveria disciplinar e decidir como será a redação do Decreto e cobrou uma maior presença
134 dos Ministérios e órgãos do Governo na tomada de decisões importantes para a sociedade.
135 Dando sua contribuição, o **Sr. Paulo Gustavo Iansen de Sant’Ana (MRE)** ressaltou que o
136 Ministério das Relações Exteriores não tem a expertise para tratar da regulamentação de
137 Vistos de Trabalho e que o MRE pretende manter sob competência do CNIg a
138 regulamentação e atualização das Normas de imigração referentes ao trabalho. Com a
139 palavra, a **Sra. Rosita Milesi (IMDH)** externou o interesse e a necessidade da participação
140 nas discussões de regulamentação da nova Lei, pois grande parte dos beneficiários serão da
141 sociedade civil. Em resposta, o **Sr. Presidente Hugo Medeiros Gallo da Silva** salientou que
142 um grande número de participantes poderá comprometer a celeridade dos trabalhos,
143 retardando o cronograma, porém, deixou claro que não descartará a participação e
144 colaboração dos membros do Conselho na elaboração da Minuta de redação. Com a palavra,
145 a **Sra. Marjolaine Bernadette Julliard Tavares do Canto (CNC)** defendeu, novamente, a
146 participação do CNIg na construção da regulamentação, devido o estreito vínculo entre
147 trabalho e imigração, o que legitima a atuação do Conselho Nacional de Imigração. Fazendo
148 uso da palavra, o **Sr. Gustavo Zortea da Silva (DPU)** comungou do mesmo entendimento da
149 Ir. Rosita, e se mostrou preocupado com qualquer limitação da participação da sociedade civil
150 no processo de regulamentação, sob o risco de restringir os avanços trazidos pela nova Lei,
151 além do possível enfraquecimento da sua atuação nos debates. Lembrou que existe órgão de
152 Governo, como a Defensoria Pública da União e o Ministério Público Federal, que são muito
153 próximos da sociedade civil e que também poderiam ser convidados a dar suas contribuições.

154 Na sequência, a **Sra. Cláudia Giovannetti Pereira dos Anjos (MDH)** fez o registro do
155 retorno do Ministério dos Direitos Humanos ao Conselho Nacional de Imigração; declarou o
156 interesse do MDH em participar das contribuições de regulamentação da nova Lei, e
157 salientou que o diferencial da nova Lei de Migração, no contexto mundial, é a ênfase aos
158 Direitos Humanos. Solicitando a palavra, o **Sr. André Zaca Furquim (MJSP)** respondeu aos
159 apontamentos destacados por seus pares, informando que a participação da sociedade civil
160 está assegurada. Esclareceu que o Decreto de maneira nenhuma irá desvirtuar a natureza da
161 Lei, e que o CNIg sempre se manifestará e atuará nos debates e discussões. Após os
162 esclarecimentos, o **Sr. Presidente Hugo Medeiros Gallo da Silva** agradeceu a contribuição
163 de todos e prosseguiu com a pauta, convidando os Representantes do Observatório das
164 Migrações Internacionais (OBMigra) para sua apresentação relativa aos venezuelanos. Com a
165 palavra, o **Sr. Antônio Tadeu Ribeiro de Oliveira (OBMigra)** iniciou falando que a
166 intenção é realizar dois levantamentos: um quantitativo e outro qualitativo com a população
167 não-indígena, a fim de identificar o perfil sociodemográfico dos venezuelanos (indígenas e
168 não-indígenas), para subsidiar as necessidades e saber das condições de vida dessa população,
169 além de avaliar a possível remoção desse grupo para outras regiões do Brasil. Explanou que o
170 OBMigra será o responsável pelo desenho da pesquisa, enquanto o ACNUR, juntamente com
171 outros parceiros internacionais, será o responsável pelo financiamento da pesquisa. Explicou
172 que a pesquisa quantitativa foi desenhada em quatro blocos, sendo: i) Caracterização do
173 migrante; ii) O que o levou a migrar para o Brasil; iii) A identificação de possíveis práticas
174 discriminatórias sofridas; e iv) A avaliação da imigração para o Brasil. Na pesquisa
175 qualitativa seria aplicada preferencialmente, com as lideranças em Boa Vista e Pacaraima e
176 também teria quatro blocos, sendo: i) A situação da pessoa antes de migrar; ii) Como
177 construiu o projeto de imigração para o Brasil; iii) Identificar a situação laboral e de
178 residência e como está inserida na sociedade; e iv) A avaliação subjetiva do projeto
179 migratório. Informou que a metodologia para a pesquisa em campo, a coleta de dados e a
180 transcrição do material impresso para meio digital será de responsabilidade da Universidade
181 Federal de Roraima através da CARITAS e do Sr. Sérgio Vieira de Melo, e que ao final de
182 oito semanas, todos os dados resultariam em um relatório. Complementando a exposição, o
183 **Sr. Leonardo Cavalcanti (OBMigra)** esclareceu que a pesquisa qualitativa será mais
184 representativa em termos tipológicos e não probabilísticos; e informou que o resultado da
185 pesquisa será colocado à disposição dos órgãos para que pensem em uma Política Pública, já
186 que a situação da Venezuela não apresenta sinais de melhora a curto prazo. Corroborando

187 com a apresentação, o **Sr. Presidente Hugo Medeiros Gallo da Silva** informou que a Casa
188 Civil já tem ciência do montante necessário para a execução da pesquisa; disse ainda que o
189 CNIg sofreu um corte de 43% do seu orçamento, mas, mesmo assim, o Conselho está em
190 busca de uma saída para financiar o trabalho de campo. De posse da palavra, o **Sr. Alexandre**
191 **Rabelo Patury (PF)** solicitou um apoio conjunto para que não haja frentes paralelas,
192 evitando assim, um retrabalho. Contribuindo para o debate, o **Sr. Marcelo Torelly (OIM)**
193 comungou que a OIM, juntamente com o ACNUR e demais agências do Sistema ONU,
194 dispõem de um orçamento que poderá ser alocado para a pesquisa. Em suas palavras, o **Sr.**
195 **Paulo Sérgio de Almeida (ACNUR)** pontuou que o ACNUR reconhece a importância dessa
196 pesquisa para o órgão e que também, dispõe de um fundo para a realização de ações junto aos
197 venezuelanos. Na sequência, destacou a importância do trabalho desenvolvido pela Polícia
198 Federal e pontuou que, segundo dados do CONARE, os imigrantes venezuelanos começam a
199 se deslocar para outros Estados do Brasil, em busca de melhores condições de vida. E
200 discorreu indagando os seguintes pontos: a) se a pesquisa será aplicada às famílias ou
201 indivíduos; b) se é possível um questionamento mais específico levando em consideração o
202 gênero do entrevistado; c) se a entrevista apenas em Boa Vista seria capaz de captar o
203 comportamento dos diferentes grupos de Warao que se encontram no Brasil. O **Sr.**
204 **Raimundo Jorge Santos Seixas (ABIN)** contribuindo no enriquecimento do debate,
205 comungou do pensamento do Sr. Paulo Sérgio de Almeida e sugeriu uma maior contribuição
206 da Casa Civil, bem como dos demais entes federativos no atendimento e acolhimento dos
207 venezuelanos; e sugeriu a inclusão de dados como: tempo de viagem até o Brasil (custo), se o
208 movimento foi voluntário ou utilizou de agenciamento/coiotagem, dentre outros. Na
209 sequência, o **Sr. Gustavo Zortea da Silva (DPU)** indagou ao Sr. Leonardo Cavalcanti se a
210 pesquisa contempla idosos, deficientes e pessoas que integram o Estatuto da Juventude. A
211 **Sra. Cláudia Giovannetti Pereira dos Anjos (MDH)** concordou com os questionamentos
212 do Sr. Gustavo Zortea da Silva e acrescentou que se contemple a população em situação de
213 rua e a questão das vítimas de exploração sexual, já que essa população se encontra em
214 especial vulnerabilidade. Em resposta as ponderações dos seus pares, o **Sr. Leonardo**
215 **Cavalcanti (OBMigra)** concordou plenamente, e disse haver debates para uma solução,
216 inclusive, para a questão dos Warao; e o **Sr. Antônio Tadeu Ribeiro de Oliveira**
217 **(OBMigra)** afirmou ser possível contemplar idoso e pessoas amparadas pelo Estatuto da
218 Juventude; já a deficiência e orientação sexual são questões muito sensíveis para serem
219 incorporadas. Após as contribuições, o **Sr. Presidente Hugo Medeiros Gallo da Silva**

220 passou a palavra para a **Sra. Rosilene Gleice Duarte Santiago** (Superintendente da Polícia
221 Federal em Roraima), que saudou a todos e iniciou sua fala dizendo que Roraima tem 500 mil
222 habitantes, sendo 10% de indígenas, e que mais de 50% do seu território é composto por
223 terras indígenas e área de preservação permanente. Afirmou que o fenômeno migratório
224 venezuelano tem causado grande impactado no Estado, especialmente em Boa Vista e
225 Pacaraima. Informou que houve grande aumento nos pedidos de refúgio, sobrecarregando a
226 Superintendência da Polícia Federal no Estado, visto que, os venezuelanos que ficam no
227 Estado são, em sua maioria, aqueles sem nenhuma condição financeira e, que, portanto, não
228 tem como arcar com as taxas do pedido de residência temporária. Destacou a criação de um
229 grupo de voluntários da sociedade civil organizada, juntamente com o IMDH, ICMDH,
230 Universidade Federal de Roraima, ACNUR, dentre outros que estão atuando na
231 Superintendência da Polícia Federal, realizando pré-atendimento aos imigrantes. Com a
232 palavra, a **Sra. Rosita Milesi (IMDH)** destacou a importância fundamental do ACNUR no
233 avanço das gestões de causas venezuelanas, bem como de outros atores. Após as
234 contribuições, o **Sr. Presidente Hugo Medeiros Gallo da Silva** agradeceu a presença da
235 Doutora Rosilene e prosseguiu com a agenda, fazendo a leitura da Ordem de Serviço da
236 Coordenação-Geral de Imigração que altera a análise das autorizações de trabalho com base
237 nas Resoluções 62 e 118. Após a leitura, enfatizou que a Ordem de Serviço está
238 fundamentada na Legislação vigente do Banco Central e solicitou, em nome da Coordenação-
239 Geral de Imigração, a autorização do CNIg para a sua aplicação. Havendo consenso do
240 Conselho, foi APROVADA a Ordem de Serviço nº. 02/2017. Após o deferimento, passou ao
241 relato dos processos.

242 **RELATO DOS PROCESSOS:**

243 **1) Relator: MTb; Processo: 46094.000140/2017-33; Nome do estrangeiro: Neba Azinwi**
244 **Chenwi – Outros; País: Camarões; Chamante: Defensoria Pública da União; UF: SP; Tipo de**
245 **Autorização: Permanência Definitiva; Decisão: O Plenário decidiu, por consenso, pelo**
246 **DEFERIMENTO, acompanhando o voto do Relator. 2) Relator: MJ; Processo:**
247 **46094.000017/2017-12; Nome do estrangeiro: Israel Bossay Bakulu – Outros; País:**
248 **República Democrática do Congo; Chamante: Daniela Hashimoto; UF: SP; Tipo de**
249 **Autorização: Permanência Definitiva; Decisão: O Plenário decidiu, por consenso, pelo**
250 **DEFERIMENTO, acompanhando o voto do Relator. 3) Relator: MAPA; Processo:**
251 **46094.000139/2017-17; Nome dos estrangeiros: Dyfed Barry Hitchings e Neil MC Connon;**

252 País: Reino Unido; Chamante: NOS 3 Produções LTDA.; UF: RJ; Tipo de Autorização: Visto
253 Temporário; Decisão: O Plenário decidiu, por consenso, pelo INDEFERIMENTO,
254 acompanhando o voto do Relator. **4) Relator: MDIC; Processo: 08255.307144/2016-80;**
255 Nome do estrangeiro: Massimiliano Fabris; País: Itália; Chamante: Massimiliano Fabris; UF:
256 BA; Tipo de Autorização: Visto Permanente; Decisão: O Plenário decidiu, por consenso, por
257 colocar o processo em EXIGÊNCIA, acompanhando o voto do Relator. **5) Relator: MDIC;**
258 **Processo: 46094.000245/2016-10;** Nome do estrangeiro: Hassan Bazzi; País: Líbano;
259 Chamante: Hassan Bazzi; UF: SP; Tipo de Autorização: Visto Permanente; Decisão: O
260 Plenário decidiu, por consenso, pelo INDEFERIMENTO, acompanhando o voto do Relator.
261 **6) Relator: MCTI; Processo: 46000.000984/2017-86;** Nome do estrangeiro: Andrii Solovei;
262 País: Ucrânia; Chamante: Defensoria Pública da União; UF: SP; Tipo de Autorização:
263 Permanência Definitiva; Decisão: O Plenário decidiu, por consenso, pelo DEFERIMENTO,
264 acompanhando o voto do Relator. **7) Relator: MTur; Processo: 49094.000250/2016-14;**
265 Nome do estrangeiro: Provvidenza Pollastri; País: Itália; Chamante: Massimiliano Leoni; UF:
266 SP; Tipo de Autorização: Permanência Definitiva; Decisão: O Plenário decidiu, por consenso,
267 pelo DEFERIMENTO, acompanhando o voto do Relator; **8) Relator: CTB; Processo: 46094.**
268 **000241/2016-23;** Nome do estrangeiro: Hassan Mostafa; País: Líbano; Chamante: Hassan
269 Mostafa; UF: SP; Tipo de Autorização: Visto Permanente; Decisão: O Plenário decidiu, por
270 consenso, pela MANUTENÇÃO DO INDEFERIMENTO, acompanhando o voto do Relator;
271 **9) Relator: CTB; Processo: 49094.000246/2016-56;** Nome do estrangeiro: Fatima Hijazi;
272 País: Líbano; Chamante: Fatima Hijazi; UF: SP; Tipo de Autorização: Visto Permanente;
273 Decisão: O Plenário decidiu, por consenso, pela MANUTENÇÃO DO INDEFERIMENTO,
274 acompanhando o voto do Relator; **10) Relator: CNC; Processo: 49094.000118/2017-93;**
275 Nome do estrangeiro: Marco Rombolini; País: Itália; Chamante: Marco Rombolini; UF: DF;
276 Tipo de Autorização: Visto Permanente; Decisão: O Plenário decidiu, por consenso, pelo
277 DEFERIMENTO, acompanhando o voto do Relator; **11) Relator: CNT; Processo:**
278 **08508.015111/2014-25;** Nome do estrangeiro: Julio Antonio Bicora; País: Guiné Bissau;
279 Chamante: Julio Antonio Bicora; UF: SP; Tipo de Autorização: PERMANÊNCIA
280 DEFINITIVA; Decisão: O Plenário decidiu, por consenso, por colocar o processo EM
281 EXIGÊNCIA, acompanhando o voto do Relator. **12) Relator: CNF; Processo:**
282 **46094.000128/2016-48;** Nome do Estrangeiro: Gabriel Alejandro Sosa Escalona; País: Cuba;
283 Chamante: Geysa Escalona Sanchez; UF: SP; Tipo de Autorização: Visto Permanente;

284 Decisão: O Plenário decidiu, por consenso, pela MANUTENÇÃO DO INDEFERIMENTO,
285 acompanhando o voto do Relator.

286

287

288 **PROCESSOS RETIRADOS DE PAUTA:**

289 1) **46094.000137/2017-10;** 2) **46094.000134/2017-86;** 3) **46094.000135/2017-21;**
290 4) **46094.000119/2017-38;** 5) **46094.00035/2017-02;;** 6) **46094.000042/2017-04;**
291 7) **46094.000212/2016-61;** 8) **46094.087072/2016-12;** 9) **46094.000036/2017-49;**
292 10) **46215.092775/2016-54;** 11) **46215.092776/2016-07;** 12) **46094.000244/2016-67;**
293 13) **46094.000018/2017-67.**

294 Os seguintes processos foram indeferidos “*Ad Referendum*”, por não tratar-se de situação
295 especial e/ou casos omissos, sendo o indeferimento referendado pelo Plenário:

296 1) **46094.000046/2017-84;** 2) **46094.000114/2017-13;** 3) **46215.004602/2017-78;**
297 4) **46094.000009/2017-76;** 5) **46094.000045/2017-30;** 6) **46094.000136/2017-75;**
298 7) **46094.000048/2017-73.**

299 **ENCERRAMENTO:** Após o relato dos Processos e não havendo nada mais para se tratar, o
300 **Sr. Presidente Hugo Medeiros Gallo da Silva** agradeceu a presença e a contribuição de
301 todos, e encerrou a Quinta Reunião Ordinária do Conselho Nacional de Imigração, do dia
302 vinte de junho do ano de dois mil e dezessete.

303

304

Hugo Medeiros Gallo da Silva
Ministério do Trabalho

305

306

Brasília/DF
Junho de 2017

